

DIFERENTES PROFISSÕES, DIFERENTES POSICIONAMENTOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PRESENÇA FEMININA NO IFS

Elza Ferreira Santos,
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS –
elzafesantos@gmail.com

Resumo

O presente trabalho parte de uma discussão teórica acerca da categoria gênero subsidiada pelos estudos de Rubin (1979), Scott (1989), entre outras, para traçar um panorama dos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Sergipe – IFS – no que diz respeito à configuração do corpo discente da instituição. Para tanto, a pesquisa considera que o acesso das jovens mulheres às novas tecnologias (CARVALHO 2003, 2008; CRUZ, 2000, 2005, 2009; HIRATA, 2002, 2003) está lhes permitindo novos posicionamentos diante da sociedade ainda que não signifique, necessariamente, plena equidade de gênero. Reconhece que as relações de poder (FOUCAULT, 1984) permeiam homens, mulheres, instituições, o que significa escapar da dicotomia mocinhas versus vilões. Assim, a matrícula do curso de Eletrônica, por exemplo, sinaliza a presença de mulheres, novos tempos, novas construções de identidades.

Palavras-chave: Juventude, Educação, Gênero.

Abstract

This paper presents a theoretical discussion about the gender category subsidized by the studies of Rubin (1979), Scott (1989), just name some, to give an overview of the courses offered by the Instituto Federal de Sergipe - IFS - in terms of the configuration of the student body of the institution. For this reason, the research finds that young women's access to new technologies (CARVALHO 2003, 2008; CRUZ, 2000, 2005, 2009; HIRATA, 2002, 2003) is allowing them to new positions before the society though it doesn't necessarily mean full gender equity. Recognizes that power relations (FOUCAULT, 1984) permeate men, women, institutions, which means escaping the dichotomy girls versus bad guys. Thus, registration of Electronics course, for example, indicates the presence of women, new times, new construction of identities.

Keywords: Youth, Education, Gender.

A posição de maternidade ocupada pelas mulheres foi durante muito tempo um empecilho, ou no mínimo, uma justificativa para que as mulheres não dominassem o espaço público e se mantivessem no espaço privado. O período de amamentação, os cuidados com os filhos têm sido apresentados como os responsáveis por afastarem a mulher de uma construção plena de cidadania e simbolizarem tudo que é natural (MOUFFE, 1999; PATEMAN, 1992). Os valores instituídos em nossa sociedade foram ditados por um discurso repleto de modelos patriarcalista, heterossexual, capitalista (HERITIER, 1990). Mas, atualmente, o natural por si só justifica pouco o simbólico, o cultural.

Contra o discurso da naturalização tem investido as lutas feministas. Por meio de tais lutas se começa a perceber que a constituição de um sujeito não é fixa e essencialista. O sujeito assume posições vinculadas às relações sociais que ele exerce (MOUFFE, 1999). Então, essa construção da mulher como dócil em virtude da maternidade e, conseqüentemente, apta aos serviços de zelo, não explica todos os perfis femininos.

A presente comunicação parte do pressuposto de que as mulheres ao ocuparem as carreiras outrora ocupadas, predominantemente, por homens têm constituído novos perfis, quiçá novas e flexíveis identidades. Para tanto, nos valem de estudos cultivados pelas teóricas feministas, em especial, os que estão sedimentados em torno estudos de educação e gênero. Assim, nesse trabalho, começaremos por definir a categoria gênero, depois faremos a interlocução gênero e tecnologia e, por fim, apresentaremos os dados já obtidos na pesquisa que desenvolvemos no Instituto Federal de Sergipe – IFS.

Gênero

O termo “gênero” foi introduzido nos anos setenta com o intuito de frear o “avassalador determinismo biológico”. Segundo Saffioti (2004), o primeiro estudioso a alçar o termo gênero foi Robert Stoller em 1968. No período, o termo não vingou, o que somente veio a ocorrer em 1975 com o trabalho acadêmico intitulado de *The Traffic in Women*. *Traffic* é mundialmente considerado um trabalho pioneiro e marcante no campo dos estudos de gênero embora a pesquisadora Saffioti reconheça em Simone de Beauvoir, com o livro *O Segundo Sexo*, indícios que fomentariam a nomenclatura gênero: “a gente não nasce mulher, torna-se”.

O texto *The Traffic in Women* adota a expressão “sistema de sexo/gênero” como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em

produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Vê-se aqui a proposta de distinguir atributos sociais dos atributos naturais/biológicos, pois considera-se a sociedade como agente de práticas transformadoras da realidade.

A autora se propõe a fazer uma crítica dos estudos antropológicos de Lévi-Strauss e os psicanalíticos de Freud. Ambos tratam da subordinação feminina: as mulheres são vistas como produtos dentro de um aparato social em que arranjos de parentesco ou de um “romance familiar” constituirão a mulher como um produto de subserviência. Essa forma de encarar a submissão feminina difere bastante do modo como o marxismo encarava. Aliás, Rubin diz que o marxismo não via a mulher como o foco de seus interesses “o marxismo, enquanto teoria da vida social, é relativamente pouco preocupado com o sexo” (1979/1993, p. 03). As questões econômicas estavam acima de qualquer interpretação e se pensava que ao liberar os operários do subjugo capitalista por extensão as mulheres estariam libertas. Ao passo que Freud e Lévi-Strauss reconheciam em sua obra que a sexualidade ocupava na sociedade um lugar de destaque, além de reconhecer que as experiências que homens e mulheres vivenciavam eram diferentes.

Para fazer essa releitura, Rubin (1979/1993) conta com a obra de Lacan, um leitor de Freud e de Levi-Strauss. E durante todo o texto vai se contrapondo ao discurso marxista, mesmo quando se vale do livro de Engels *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Nesta obra, o autor reconhece um componente histórico e moral que move as ações humanas, insere sexo e sexualidade na sua teoria da sociedade, considera a existência e a importância da vida social como explicações da opressão presente na vida dos homens. Mas, Engels, segundo Rubin, não leva adiante sua análise: “nenhuma análise da reprodução da força de trabalho sob o capitalismo pode explicar a prática de enfaixar os pés, os cintos de castidade...” (RUBIN, 1979/1993, p. 06).

Ela reconhece que o trabalho doméstico exercido ainda hoje, predominantemente, pelas mulheres é fundamental para que o operário se mantenha ativo enquanto força de trabalho, ou seja, o lucro ou mais-valia realizado pelo capitalista constitui-se, ainda que indiretamente, do não remunerado exercício feminino das atividades domésticas as quais favorecem bastante o trabalhador. Mas isto não explica satisfatoriamente a opressão feminina, tampouco está aí a sua origem.

Outra estudiosa do assunto é Joan Scott. Segundo Scott, o conceito gênero “parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter

fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (1989, p.01). A partir dessa compreensão, vários estudos se desenvolveram e tornaram-se relevantes para entender os diversos processos que constituem a composição das profissões e as relações mantidas entre mulheres e homens no trabalho, em casa ou em qualquer outro lugar onde se observe o relacionamento entre elas e eles, elas e elas, eles e eles.

A estudiosa Scott enumera algumas razões pelas quais academicamente, o termo gênero foi, aos poucos, se desligando e se constituindo como um termo próprio diferentemente do termo mulheres ou história/estudos das mulheres. Entre as razões, a autora diz que gênero se dissocia do caráter eminentemente político do feminismo, invalida o estudo isolado das esferas mundo das mulheres e dos homens. Isto é, ao gênero interessam “as construções sociais – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1989, p. 04).

Scott também argumenta acerca das contribuições que as teóricas do patriarcado, do feminismo marxista, do feminismo psicanalítico, entre outras, trouxeram para os estudos das mulheres e do gênero. Mas tece falhas ou ausências que tais correntes cometem. Por exemplo, as estudiosas marxistas colocam a subordinação das mulheres como consequência da exploração econômica. Ora, a subserviência feminina já se fazia presente bem antes da implantação do capitalismo. Como diz Rubin (1979/1993) a análise marxista em torno da reprodução da força de trabalho sequer explica por que são as mulheres e não os homens quem costumeiramente realiza o trabalho doméstico. A submissão feminina se dá nas relações entre homens e mulheres.

O confronto entre marxismo e feminismo era inevitável que houvesse, mesmo porque dentro da filosofia marxista havia mulheres contribuindo e como mulheres começam a perceber a “cegueira do gênero” presente na teoria. Segundo Benhabib e Cornell (1987), o confronto marxismo X feminismo exigiu uma mudança de paradigma do marxismo. Muitas feministas não abandonaram o marxismo, mas ampliaram sua lente para as questões de gênero: “as falhas na teoria de Marx que resultam de sua atração por uma estreita interpretação de ‘materialismo’ poderiam ter sido amenizadas, caso ele tivesse prestado mais atenção à atividade de gestação e parto” (NICHOLSON, 1987, p. 32).

As vertentes que se aproximam de uma abordagem psicanalítica mais clássica realizaram um estudo em que se revela uma preocupação com a história do sujeito, mas Scott revela que tal abordagem acaba por “limitar o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica” (1989, p. 10). As que se aproximam de uma abordagem psicanalítica

lacaniana valorizam a construção do gênero por meio da linguagem, vêem-no como uma construção constante, mas, conforme Scott, tal abordagem se fixa sobre “as questões relativas a sujeito individual e a tendência a reificar como a dimensão principal do gênero” (1989, p. 11).

O fato é que os estudos de gênero têm contribuído bastante para “reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens” (SCOTT, 1989, p. 13).

O termo gênero tem sido preferido em detrimento do termo patriarcado ou modo de reprodução. Quando se usa “modo de reprodução” fazem-se, logo, dois entendimentos, a saber, opõe-se a modos de produção e refere-se à vida privada, à família. É como se do mesmo modo que no âmbito da economia os homens são oprimidos, no âmbito das relações domésticas a mulher fosse oprimida. De fato, essa opressão tanto a homens quanto a mulheres acontece, mas ela não se restringe separadamente a tais espaços. Nem os homens são somente oprimidos nas relações econômicas. Nem as mulheres são somente oprimidas nas relações do lar. A opressão acontece nas relações entre homens e mulheres em quaisquer espaços. Ademais conforme Rubin ((1979/1993, p. 09), “o modo de produção envolve a reprodução” e vice-versa. Compreendo que os mundos de produção e o de reprodução não são estanques. Não se pode limitar a sexualidade à reprodução senão incorreríamos no risco de dizer que reproduzir é procriar. E mesmo o ato de procriar é carregado de toda uma simbologia, há nele valores culturais reelaborando o significado biológico.

Quanto ao termo patriarcado, refere-se à opressão contra as mulheres no que diz respeito ao sexismo. O termo guarda certa aproximação com a expressão capitalismo. Assim como este é a fonte do poder que oprime os trabalhadores, aquele é a fonte do poder que oprime o sexo feminino. Contra isto, fez-se uma luta política de combate em que se sobressaía a defesa das mulheres, sexo oprimido. Acontece que há aí alguns equívocos: a) se a opressão acontece numa relação, não é só a mulher que pode ser vítima nem só o homem que pode ser o algoz; são os arranjos sociais construídos, ao longo do tempo, que se configuram como uma relação de opressão. Além disso, dentro de um sistema de trabalho remunerado ou de trabalho doméstico veem-se mulheres oprimindo outras. b) o termo é inadequado para explicar as relações mantidas na contemporaneidade: “patriarcado é uma forma específica de dominação masculina, e o uso do termo deveria ser confinado aos grupos pastorais nômades como os do Velho Testamento” (RUBIN, 1979/1993, p. 10). Enfim, a preferência pelo emprego do termo gênero se deve ao fato de ele distanciar-se dos vestígios do domínio econômico e/ou da

biologia. O termo é empregado com a função de analisar a opressão é “produto das relações sociais específicas que a organizam” (RUBIN, 1979/1993, p. 10).

Vale ainda esclarecer que gênero “é mais propriamente usado para referir um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos” (SCHIEBINGER, 2001, p. 45), o gênero é “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 14).

Segundo Cruz (2009, p. 103):

a utilização da categoria gênero constitui uma contribuição significativa e oportuna para a análise de uma das desigualdades fundamentais do desenvolvimento humano e dos direitos humanos; permite analisar os diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam em distintos espaços da sociedade e que devem ser diferenciados nos aspectos da vida dos indivíduos de acordo com o sexo.

A autora entende que por meio do gênero é possível empreender avanços na sociedade “na reelaboração e na redefinição dos papéis de gênero tradicionais que tem deixado as mulheres com falta de poder para decidir sobre suas vidas” (2009, p. 103). A inserção da mulher no mercado de trabalho e a sua permanência nele, as relações profissionais que mantêm no que dizem respeito à ascensão, demissão, gozo de direitos, enfim, o processo que promove a emancipação feminina é alvo dos estudos de gênero, dos estudos feministas.

Alguns Esclarecimentos

Há poucas razões para se acreditar na existência de sociedades matriarcais isto pode significar que “os valores de prestígio estão sempre ligados às atividades do homem” (ROSALDO, 1979, p. 35). Sendo esse fato verdadeiro ou não, o que mais nos interessa é verificar que algumas diferenciações na escolha de carreiras ocorrem. Essas diferenças expressam outras diferenças quer sejam culturais, linguísticas, econômicas e também biológicas.

As razões biológicas existem, mas não são elas que definem nem explicam completamente a masculinização ou feminização das carreiras acadêmico-profissionais. De fato, as mulheres são bastante absorvidas nas atividades domésticas em virtude de seu papel de mãe. A gestação, o parir e o pós-parto exigem, obviamente, dedicação ao lar, ao filho. Ao contrário, os homens parecem não ter uma exigência biológica que os mantenham em casa por tanto tempo, assim, segundo Rosaldo “os homens são livres para formar associações amplas que chamaremos de sociedade” (1979, p. 40). O que se deduz a partir daí, segundo Rosaldo, é

que em decorrência da maternidade e/ou da maternagem se formarão razões culturais para ser criada uma divisão de trabalho. A autora destacou seis consequências. São elas:

- a) **Personalidade:** as meninas imitam as mães; a família corrobora com isto; a família ensina as meninas a serem mães e aos meninos a serem homens; as atividades e organizações infantis tendem a espelhar o mundo dos adultos; os costumes a que são submetidas as meninas são passados sem conflito porque ocorre uma identificação com o que está posto. Na família, as meninas aprendem a ser simpáticas, dóceis, amáveis.
- b) **Autoridade:** Os homens que estão distantes de seus filhos têm reivindicações políticas e econômicas sobre eles; os homens desenvolvem certo distanciamento, coisa que não é possível para as mulheres desenvolverem dada a atividade de cuidar dos filhos. “As vidas femininas estão marcadas por não haver privacidade nem distância” (p. 44). Somente idosa, livre da criação dos filhos e da sexualidade, a mulher goza de certa autoridade.
- c) **Status conquistado e atribuído:** a maioria das culturas assume que é fácil tornar-se uma mulher; tornar-se homem é uma conquista, os homens criam e controlam uma ordem social na qual competem como indivíduos. As mulheres são concebidas como irmãs, esposas e mães. Os homens expressam suas conquistas; as diferenças entre as mulheres são vistas como o produto de características idiossincráticas, tais como temperamento, personalidade e aparência;
- d) **Natureza e cultura:** os homens são participantes por excelência na sociedade; o status das mulheres é derivado de seu estágio no ciclo da vida, de suas funções biológicas e, em particular, de seus laços sexuais e biológicos a homens específicos. As mulheres são mais envolvidas do que os homens nos materiais sujos e perigosos da existência social status biológico – fertilidade, maternidade, sexo e menstruação. Status sexual – esposas, mães, bruxas, freiras ou prostitutas, enfim pureza ou profanação são as idéias.
- e) **Mulheres como anomalias:** a violação da ordem faz com que as mulheres sejam vistas como ameaçadoras. Virgem, mas sedutora; excluída da autoridade, mas possuidora de poderes;
- f) **Produção:** os produtos do trabalho feminino são destinados à família, ao lar; “a situação em geral é de uma orientação econômica, social e emocional feminina, relativamente mais individual e particularista que a dos homens” (p. 52)

O que se pode entender a partir daí? Que a cultura foi determinada nos primórdios pela biologia? A autora parece compreender o mundo como um conjunto de normas onde tudo acontece de modo sistemático. Não vê contradições, o que pode ser denominado como tipicamente masculino ou feminino pode sofrer alteração ao longo do tempo. As sociedades se estruturam e se reestruturam.

A visão essencialista que trata do sexo masculino como distinto do sexo feminino e vê cada um como resultado de gênero masculino e gênero feminino, respectivamente, acaba por alimentar um discurso em que se perfaz uma desigualdade. Por exemplo, Ciência e Tecnologia, ainda hoje, são consideradas universos masculinos (CARVALHO, 2003, 2008; CRUZ, 2000, 2005), aonde a presença feminina permaneceu invisível, mesmo quando as mulheres produzem ciência e se utilizam de tecnologias. O universo da ciência tecnológica foi construído através de características masculinas, razão pela qual, para que as mulheres possam participar deles, necessitam “falar” a linguagem dos homens.

A socialização das meninas não as prepara para trabalharem com equipamentos técnicos da mesma maneira que prepara os meninos. Nas palavras da professora Maria Helena Cruz “parece uma questão educacional: aos meninos se transmite mais confiança nas máquinas” (2009, p. 109). As atividades da infância são separadas em experiências que incentivam os meninos para a objetividade, enquanto as experiências das meninas as incentivam a desenvolver características mais subjetivas. Essa dualidade é construída por toda a vida de homens e mulheres de maneira tal que quando chegam a idade de escolher uma profissão, fazem-no também dicotomicamente, de acordo com as expectativas sociais.

Ademais, vale ressaltar que as mulheres demoraram a ter direito de frequentar escolas. As taxas de escolaridade masculinas eram maiores do que as taxas femininas em todos os níveis de instrução. “Tradicionalmente, em quase todos os países do mundo as mulheres sempre tiveram maiores dificuldades de acesso à escola” (BELTRÃO e ALVES, 2004, p. 02).

Os primeiros cursos superiores criados no Brasil eram essencialmente masculinos. Por exemplo, o curso de medicina criado em 1808 veio a formar a sua primeira médica somente em 1887 – Rita Lobato Velho Lopes.

Ainda no final do século XIX, os estados brasileiros, cumprindo a constituição de 1891, continuavam criando as Escolas Normais destinadas para as moças e as Escolas Técnicas para os rapazes.

Gênero e Tecnologia

Ao estudar as mulheres no curso de engenharia, Faulkner (2007) elenca como dificuldades de se manterem na profissão três fatores, a saber, **Visibilidade**, isto é as engenheiras são vistas primeiro como mulheres e depois como engenheira ao contrário dos homens que são vistos simplesmente como engenheiros. A **Cultura social informal**, como são minorias, as mulheres precisam submeter-se a ouvir conversas sobre esporte, xingamentos, insinuação sexual, “quando o trabalho é em alto mar, ‘ajustar-se’ pode significar tolerar a presença difundida de tevê e de calendários pornográficos: “Há uma hostilidade real para toda mulher que exercer seu direito de opor-se; ‘isto não é justo, quando houver somente uma mulher e 150 homens na plataforma” (FAULKNER, 2007, p. 26). Por fim, destaca a questão da **autenticidade**, pois as mulheres como não possuem desde cedo a prática em mexer nas máquinas, parecem pouco desenvolver a habilidade técnica, o que acaba levando-a a atividades administrativas.

Ora, apesar dessas dificuldades, há mulheres inseridas em tais carreiras e persistem nela. É um novo conceito do feminino? Estão as mulheres se masculinizando? Estão construindo nova(s) identidade(s)?

São os estudos de gênero que começam a desmistificar essa bipolaridade do mundo de trabalho de que umas carreiras servem às mulheres e outras aos homens. Carvalho (2008) apresenta uma pesquisa em que as profissões e as diferentes áreas da ciência estão divididas em “masculinas e femininas”, de acordo com o número mais significativo de homens e mulheres em cada uma delas. Constata que as áreas “femininas”, ou seja, as que possuem o maior número de mulheres são as de educação, serviços, saúde e bem estar social (atividades do “cuidado”), humanidades e arte (atividades subjetivas) e que as áreas das ciências exatas, como matemática, computação, engenharias, agricultura e veterinária (atividades técnicas e objetivas) possuem maior número de homens e são consideradas masculinas

Apesar dessas constatações, é preciso ressaltar que o que se compreende como carreiras masculinas ou femininas são formações discursivas representativas dos valores a que fomos inculcados ao longo do tempo.

Não quer dizer que uma carreira seja mais masculina ou feminina que outra, mas que os valores que as construíram têm imbricados a história e a cultura de homens e mulheres. Excluídas durante séculos da esfera pública, as mulheres viram apartados também o conjunto de seus valores, qualidades e características (EYNDE apud CABRAL, 1994, p. 11)

Assim, os “tradicionais guetos masculinos, como as Engenharias e Metalúrgica”, recebem uma reduzida, mas crescente, participação feminina.

Instituto Federal de Sergipe

Em 29 de dezembro de 2008, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre elas o de Sergipe. Hoje, o Instituto Federal de Sergipe compreende três campi – Aracaju, Lagarto e São Cristóvão – em plena atividade.

Os cursos que compõem o universo da pesquisa são os de nível médio – integrado e subsequente do campus Aracaju. Os cursos integrados têm duração mínima de quatro anos e são destinados àqueles que concluíram o Ensino Fundamental; os subsequentes, com duração de dois anos, destinados aos egressos ou concluintes do Ensino Médio. A partir de 2009, a oferta de cursos subsequentes respeitou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, sendo ofertados os cursos Técnicos em Informática, Alimentos, Hospedagem, Edificações, Guia de Turismo e Química. O ingresso dos(as) alunos(as) no técnico subsequente é via concurso público realizado semestralmente. A duração do curso é de dois anos e se o aluno reprovar duas vezes consecutivas em uma (ou mais) disciplina ele automaticamente é desligado do curso. Normalmente, a razão da escolha do curso técnico se deve ao fato de por meio dele se proporcionarem maiores chances de colocação no mercado de trabalho.

Há, atualmente, no Campus Aracaju 2.283 discentes matriculados. Entre eles 1019 são mulheres. Considerando que elas começaram a entrar praticamente na instituição na década de setenta, os números revelam um avanço. Na década de 40, registra-se que meninas entraram na escola e cursaram “Corte e Costura e o de Chapéus, Flores e Ornatos” (PATRÍCIO, 2003). Essa turma foi a única pois o número de formadas não passou de quatro alunas. É, portanto, na década de 70, que elas começam de novo a entrar na escola dessa vez para cursar Estradas. Souza-Lobo (1991) afirma que, entre as décadas de 70 e 80, a participação feminina na força de trabalho fabril marcou-se por uma dupla mudança:

- a) Aumento global da porcentagem de operárias;
- b) Modificação na distribuição das mulheres pelos diversos ramos industriais.

Registra-se “um progresso dos ramos que empregavam mulheres, como o de material elétrico, eletrônico e farmacêutico” (1991, p. 64). Isto, certamente, proporcionou a procura das mulheres por cursos técnicos.

Hoje diversas razões movem as mulheres a se matricularem em cursos técnicos, entre elas, provavelmente as de ordem econômica. Entretanto, cabe-nos aqui frisar que se de um lado o número de matrícula no IFS revela uma presença forte das mulheres, por outro lado, se apurarmos melhor veremos que homens e mulheres escolhem determinados cursos em detrimento de outros.

COORDENADORIA	INTEGRADO		SUBSEQUENTE	
	MAS	FEM	MAS	FEM
COINF – Coordenadoria de Informática	77	35	163	47
COQUI – Coordenadoria de Química (Alimentos)	28	80	21	100
COQUI - Coordenadoria de Química (Química)	52	63	60	96
COELT – Coordenadoria de Eletrotécnica	92	14	209	26
COCC – Coordenadoria de Construção Civil	55	51	151	107
CHL – Coordenadoria de Hospitalidade de Lazer	12	73	39	165
COELN – Coordenadoria de Eletrônica	58	05	136	13
COSSET – Coordenadoria de Saúde e Segurança no Trabalho			110	144
Total	374	321	889	698

Assim, as coordenadorias de Saúde e Segurança no Trabalho, de Hospitalidade e Lazer e a de Química são as que contêm o maior contingente feminino de matrícula. Ao passo que as mulheres aparecem em menor número nas demais coordenações, entre elas o menor percentual feminino está no de Eletrônica. De um lado, o curso de Saúde e Segurança de Trabalho (inclusive, obviamente, na COSSET) parece estar associado às idéias de proteção, zelo e rotina. A socióloga Hirata (2003, p. 151) diz que “A complexidade que caracteriza o trabalho hoje está mais dividida e alocada aos homens, em termos de trabalho de equipe. As mulheres estão mais alocadas em linhas de montagem, em trabalho com cadência e

repetitivos”. Em segurança de trabalho, ações de cuidar, planejar, organizar e controlar processos fazem parte do dia-a-dia de um técnico/a. Do outro lado, o perfil do técnico em Eletrônica menciona executar, controlar, coordenar, avaliar. Se em Segurança do Trabalho o perfil do técnico está direcionado a cuidar de pessoas, em eletrônica, embora o destino final seja beneficiar as pessoas, as funções se ligam a máquinas, a subsidiar programas. Essas razões, porém, justificam insuficientemente as escolhas feitas tanto por eles quanto por elas.

Considerações Finais

Dentro de uma perspectiva tradicional do feminismo, a relação homem mulher é colocada de forma dicotômica: de um lado, estão os homens opressores, detentores do poder; do outro, as mulheres oprimidas, submissas. Após a segunda vaga do feminismo, com a entrada dos estudos de gênero, deu-se início a uma nova reflexão em que a relação homem mulher não poderia ser assim estanque nem bilateral. O conceito de gênero foi se apropriando de outras demandas como a de não ser o gênero apenas produto de uma construção social, mas acima de tudo produto das relações antagônicas ou igualitárias que homens e mulheres mantêm. Nessas relações se inseriu, aos poucos, outra noção muito cara às feministas, o conceito de poder. A partir, principalmente, dos estudos de Scott, vê-se a relação homens e mulheres integrada a uma rede de poder.

Nesse sentido, acreditamos que a escolha que homens e mulheres fazem por carreiras não se responde a partir do perfil de curso ou do perfil convencional que se espera de uma mulher ou de um homem. Os estudos de gênero nos permitem desconstruir este aparato sócio-cultural que empurra homens e mulheres para um binarismo masculino e feminino: “estamos sugiriendo que el gênero tiene una manera de moverse más allá de ese binario naturalizado” (BUTLER, 2005, p.12).

Dito de outro modo, as fronteiras da masculinidade e da feminilidade sociais são relativamente móveis e, até certo ponto, parecem depender das exigências do sistema produtivo em cada período histórico (HIRATA, 2002). Se considerarmos que o poder coloca em jogo relações entre parceiros, é preciso ressaltar que a construção da mulher não se faz isoladamente. Mulheres e homens se relacionam agindo uns sobre outros, pois são as suas ações que o farão reconhecidos na sociedade. É pelo ato que se reconhecem as posturas. São os atos que revelam os novos ou velhos posicionamentos. “o poder só existe em ato” (FOUCAULT, 1984, p. 242). Entenda-se por atos não só o fato de agir sobre alguma coisa

como efeito corporal, mas ato também como discurso. Os seres homem e mulher vivem se relacionando e, nesse sentido, não se pode esquecer que “as relações se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos” (FOUCAULT, 1984, p. 241).

Portanto, as razões das escolhas por uma formação não dizem respeito somente as demandas do mercado, tampouco somente as ofertas de uma instituição escolar. Elas vão além, dizem respeito à construção de identidades construídas por meio das relações que homens e mulheres mantêm na família, na escola, na empresa, enfim, no mundo em que vivem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BELTRÃO, Kaizô Iwakami & ALVES, José Eustáquio Diniz. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Orgs.). **Feminismo como Crítica à Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

BUTLER, Judith. Regulaciones de Género. In: **La Ventana**, No 23, 2005, p. 08-35.

CARVALHO, Marília Gomes de. Relações de Gênero e tecnologia: uma abordagem teórica. In: Carvalho, Marília G. de (org). **Relações de gênero e Tecnologia**. Coletânea Educação e tecnologia”: Publicação do programa de pós-graduação em tecnologia – PPGTE/CEFET-PR, 2003.

_____. Gênero e Tecnologia: estudantes de engenharia e o mercado de trabalho. In: **Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil - França, 2007, São Paulo e Rio de Janeiro**. Anais do Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil - França. São Paulo: FCC, 2007. <http://www.fcc.org.br/seminario/CARVALHO.pdf> acesso em 10 de julho de 2008.

CABRAL, Carla Giovana. As mulheres nas escolas de engenharia brasileiras: história, educação e futuro. In **Cadernos de Gênero e Tecnologia/ Getec/PPGTE/UTFPR**, número 04, 2005.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Novas Tecnologias e Impactos sobre a Mulher**. Mesa-Redonda do X Encontro REDOR - Rede Feminista Norte Nordeste sobre a Mulher e Relações de Gênero. UFBA, Salvador. Outubro, 2000.

_____. **Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

_____. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. In NEVES, Paulo Sérgio Costa (Org.) **Educação, Cidadania e Questões Contemporâneas**. S. Paulo: Cortez editora e Editora UFS, 2009.

FAULKNER, Wendy. Tornar-se e pertencer: processo de generificação na engenharia. In **Cadernos de Gênero e Tecnologia/Getec/PPGTE/UTFPR**, número 10, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. Tradução parcial do texto: Michel Foucault, "Deux essais sur le sujet et le pouvoir", in Hubert Freyfus e Paul Rabinow, *Michel Foucault. Un parcours philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, pp. 297-321. Acesso no site <http://jornalista.tripod.com/teoriapolitica/3.htm> no dia 10 de julho de 2008.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. **Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho**. **Revista Educação & Tecnologia**. Periódico científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETs –PR/MG/RJ, p. 144-156, 2003.

HERITIER, Françoise. Masculino/feminino. In: **Enciclopédia EINAUDI**. Vol. 20. Parentesco. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

MOUFFE, Chantal. **Feminismo, cidadania e política democrática radical**. Trad. Hortensia Moreno. Debate Feminista, São Paulo, México, p. 29-47, 1999. Edição especial: cidadania e feminismo. p. 47.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Orgs.). **Feminismo como Crítica à Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATRÍCIO, Solange. **Educando para o trabalho: A escola de aprendizes Artífices em Sergipe (1911 – 1930)**. Cópia da dissertação de mestrado defendida na UFS/NPGED em 2003.

ROSALDO, Michelle Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (org) **A Mulher, a cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: notas sobre “economia política” do sexo. Trad. Edileusa Oliveira da Roma e Sônia Corrêa, Edição SOS Corpo Recife em 1993. Título original: The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of sex. In: REITTER, Rayna, Ed. *Towards an Anthropology of Women*. New York, Columbia U.P. 1979, pp. 157-210.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade, Porto alegre, 16(2): 5-22, jul-dez. 1989.

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a ciência?** Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.